

## 4

**A(s) identidade(s) refletida(s) no espelho d'As Naus**

Citei no início do capítulo 2 a assertiva de Eduardo Lourenço extraída de *Nós e a Europa ou as duas razões*: a de que o problema português não seria necessariamente de identidade, mas de uma *hiperidentidade* “de quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da *diferença* que nos caracteriza ou nós imaginamos tal no contexto dos outros povos, nações e culturas” (10).

Acredito que a crise de identidade portuguesa possa advir justamente do fato de o país não ter uma crise propriamente dita, formalmente estabelecida ou politicamente definida – como a existente na Espanha com a questão catalã, só para citar um exemplo do vizinho peninsular. Ou seja, pelo fato de não se reconhecer tal crise por conta justamente de sua uniformidade. Retomo outra fala precisa de Lourenço retirada da mesma obra:

No fundo, sentimo-nos bem no nosso país lírico, bucólico, de hortas e sardinha assada, com um suplemento de conforto importado do mundo onde se inventa e reinventa sem cessar esse futuro, aliás, caramente pago, mas inevitável (12)

A fragmentação da identidade de Portugal tem origem, talvez, na falta desse reconhecimento – na incapacidade de se absorver a pluralidade de narrativas já sugerida centenas de anos atrás n' *Os Lusíadas*, por exemplo. Obra, aliás, tida como definidora do enrijecido ideário mítico de toda uma Nação – um misto de colonizadora e colonizada, semiperiferia da Europa e potência para o 3º Mundo. Como acentua Boaventura de Sousa Santos, os portugueses são “uma união de contrários” (ibid, 64).

O paradigma identitário português seria como que um corpo fraturado por sua *hipertrofia*? Talvez o caráter mítico da lusitanidade, combatido por Fernando Pessoa e desconstruído por António Lobo Antunes, funcione como o *anabolizante* que desestruturou tal músculo exatamente pelo exagero de seu estímulo. Falta apenas a coragem para abrir os olhos e encarar essa “fratura” no espelho. Mas

como pedir isso a um povo que “não radicaliza nada senão a opção radical de nunca optar radicalmente?” (Santos, 76).

#### 4.1.

#### Um outro olhar sobre si mesmo

Os livros não têm personagens, é sempre a mesma voz, que vem, que vai, que muda de tom.

António Lobo Antunes

Apostando no hibridismo já apontado na introdução e com um argumento baseado na epopeia das Grandes Navegações, António Lobo Antunes testa n’*As Naus* os “limites” da própria historiografia lusitana dos séculos XV e XVI. Para dar mais escopo ao recorte que agora pretendo fazer deste romance, fixar-me-ei inicialmente na análise de Silviano Santiago, desenvolvida no livro *Nas Malhas da Letra*, acerca de *Sempreviva*, obra do brasileiro Antônio Callado. Apesar de versar sobre outro país (não por acaso, colônia de Portugal), acredito que tal definição reflita alguns dos aspectos próprios que compõem a caracterização das personagens de António Lobo Antunes. Ei-la:

Trata-se de reescrever o passado da nação sob outro farol, iluminando a penumbra das situações individuais, ou histórico-sociais, que eram relegadas a segundo plano por um processo civilizatório excludente (ibid, 14).

Ao descentralizar a narrativa autoral tipicamente hegemônica, tal técnica, saliente, pode servir como uma denúncia indireta de Lobo Antunes dos valores coloniais intrínsecos às narrativas tradicionais. Para Ronaldo Menegaz, no texto “Na derrota de *As Naus*, de António Lobo Antunes, A Imagem de um Velho Portugal”, o

traumatismo do fim da ficção de um império colonial vai propiciar o aparecimento de obras como *As Naus*, de António Lobo Antunes. Trata-se de uma narrativa iconoclasta e desarticuladora, cujo foco se desloca constantemente da terceira para a primeira pessoa, transformando o narrador em personagem (no caso, também narrador autodiegético). Frequentemente a narrativa volta para a terceira pessoa, transitando de novo para a primeira (Menegaz, 2002, 144).

António Lobo Antunes não sucumbe à sedução de alicerçar sua obra em dados e informações obtidos em documentos históricos – todos eles supostamente falíveis, uma vez que mesmo relatos consagrados como o de Pero Vaz de Caminha, a despeito de seu incomensurável valor histórico, também possuem um caráter indubitavelmente estético e, portanto, *hiperbolizado*. Para completar meu raciocínio, devolvo a pala vra a Menegaz:

Portugal alimentou seus mitos que, à força de repetição e inculcação, tornaram-se partes da realidade portuguesa, nunca (ou poucas vezes) antes questionada. É nessa tarefa de desmitificação e desmistificação que se compromete o livro de Lobo Antunes (ibid, 145).

Por isso, o romancista português, em seu périplo literário, vai além de um mero romance de tintas historicistas, fazendo uma (re)leitura dos relatos e documentos já consagrados, a fim de descortinar um país afogado na poeira de uma vasta e caótica historiografia oficial. Em “A Descoberta do Homem e do Mundo”, Gerd Bornheim parece fazer coro com Lobo Antunes ao eleger a imaginação um dos pilares que serviriam de sustentação ao arcabouço dos Descobrimentos:

ela também, que nem se sabia histórica, vive do outro. Ou melhor: o outro passa a provocar toda uma nova cultura da imaginação, de seu sentido e de suas funções – tudo situado muito aquém dos arquétipos e da mesmidade de suas transformações (34).

N’*As Naus*, seu autor não sacraliza dados e personagens históricos documentados e registrados na memória de seu povo, de sua nação. Pelo contrário: conforme já observei algumas páginas acima, António Lobo Antunes manipula, distorce e corrompe figuras, épocas e dados históricos sem o menor pudor.

Acredito que a História de seu país, para o autor português, permaneça inexoravelmente influenciada e regida pela versão do colonizador, sendo ela, por isso mesmo, capaz de produzir enganos – ou essa espécie de ficção histórica, já apontada por Antero de Quental em 1871, da qual Portugal parece alimentar-se, ou melhor, retroalimentar-se – como se sua tradição fosse mais autofágica do que antropofágica. Reproduzo, a seguir, uma passagem do famoso discurso de Quental *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares Nos Últimos Três Séculos*:

A história dos últimos três séculos perpetua-se ainda hoje entre nós em opiniões, em crenças, em interesses, em tradições, que a representam na nossa sociedade, e a tornam de algum modo actual. Há em nós todos uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca: a razão pode condená-lo: o coração tenta ainda absolvê-lo (ibid).

Por isso, recorrer à memória oficial de Portugal, para António Lobo Antunes, talvez não seja a melhor forma de se alcançar uma verdade – até porque seu romance está longe de tentar oferecer um postulado definitivo sobre o que é ou não a verdade. N’*A escrita da História*, Michel de Certeau frisa que o historiador deve dialogar com o objeto de que fala, precisando desconfiar de tudo que é totalizante, como a noção de verdade definitiva, evitando perspectivas que tentem dar conta das totalidades. Completo minha linha de raciocínio com a fala de Helenice Maria Reis Rocha:

Estamos pensando a distopia em Lobo Antunes como o lugar no qual os topos dos estereótipos do discurso colonial mudam de posição, atingindo, não aos colonizados mas aos próprios representantes desse discurso. Neste sentido, algumas representações dessas construções discursivas, que colocam o homem negro no lugar do homem bestializado, ou o índio o lugar da selvageria são deslocados para o colonizador. Assim, vemos um Francisco Xavier na condição bestial de dono de prostíbulo, Manoel de Sousa Sepúlveda na condição de agenciador de prostitutas, entre outras coisas (Rocha, 2001, 393).

As personagens propositalmente desvirtuadas de *As Naus* são o(s) outro(s) de seus homônimos “de verdade”: sua existência no livro representa a memória do próprio processo de desvirtualização da identidade portuguesa, cuja alteridade vê-se fragmentada por esse espelho multifacetado chamado História. Espelho este cuja fissura, reafirmo, teve início no período das Grandes Navegações. Homi K. Bhabha aprofunda a relação dicotômica entre Eu e o Outro em *Local da Cultura*:

O Outro deve ser visto como a negação necessária de uma identidade primordial – cultural ou psíquica (...) Se, como sugeri, o sujeito do desejo nunca é simplesmente um Eu Mesmo, então o Outro nunca é simplesmente um Aquilo Mesmo, uma frente de identidade, verdade ou equívoco. Como princípio de identificação, o Outro outorga uma medida de objetividade, mas sua representação – seja ela o processo social da Lei ou o processo psíquico do Édipo – é sempre ambivalente, desvelando uma falta (ibid, 86).

António Lobo Antunes quantifica esse sentimento de falta em *As Naus*. Seu texto é feito em tom de paródia, mas as figuras de seu livro são tristes, decadentes, servas de si próprias porque aprisionadas na mediocridade do seu viver. Conforme frisa Boaventura de Sousa Santos a respeito das consequências na interação entre portugueses e povos colonizados, é a “expressão de uma degenerescência que arrastou no seu atraso o atraso dos colonizados” (ibid, 60).

A escrita elaborada em *As Naus*, por isso, também está *estilhaçada*: ela, afinal, espelha o próprio paradigma português acima apontado ao serpentear por suas páginas com narradores na 1ª e na 3ª pessoa. Os grifos deste trecho do romance são meus: “vários *pijamas revolucionários se desmoronavam* em intermináveis acessos de tosse e o *senhor transparente*, de termômetro na boca, vacilava de febre à minha esquerda *naufragado em limos de transpiração*” (Antunes, 1988, 245).

De modo mais simples, poder-se-ia inferir que o jogo de fragmentações armado por António Lobo Antunes atinge o âmago do próprio paradigma imperial português: ao longo de todo o romance, o colonizador (com qualidades em que se verificaria, em tese, o quanto ele é potente, virtuoso, superior) se torna seu outro, virando uma espécie de colonizado ao mostrar-se, na verdade, frágil, ignorante e inferior. As palavras de Boaventura de Sousa Santos sobre este assunto mostram o caráter quase *esquizofrênico* da identidade do colonizador que também se vê como colonizado:

Há dois que nem se juntam nem se separam. Apenas interferem no impacto de cada um deles na identidade do colonizador e do colonizado. O outro-outro (o colonizado) e o outro-próprio (o colonizador enquanto ele próprio colonizado) disputam na identidade do colonizador a demarcação das margens de alteridade, mas, por assim dizer, a alteridade está neste caso dos dois lados da margem (ibid, 42).

Eduardo Lourenço, em *O Labirinto da Saudade*, afirma categoricamente que o Império Ultra-Marino Português fez desses portugueses outros – outros do

que eles eram, saliento, a fim de evidenciar minha tese de que as Grandes Navegações foram o ponto de ruptura da identidade portuguesa:

no caso português, o mais interessante não foi aquilo que esse “império” fez de nós, tornando-nos realmente outros, como ingleses e holandeses *outros* se tornaram com as respectivas aventuras imperais, mas aquilo que ele de nós *não fez*. Os colonos portugueses (...) na verdade em *outros* se tornaram e “outros” eram quando, como muitas vezes sucedeu, à pátria “chica” volviam (ibid, 39).

#### 4.2.

#### O Apocalipse depois do gozo

Ganharam o mar, as terras distantes e sua independência, quer seja, sua identidade. Entretanto, o retorno mostrou-se doloroso, e o exílio em si mesmo constitui-se o reflexo da loucura e da perda de identidade.

Ana Paula de Fátima Ferreira Teixeira  
Manso

No subcapítulo anterior, tentei apontar o período das Navegações como o ponto-chave na formação da identidade portuguesa. Objetivei inicialmente demonstrar minha ideia de que a viagem em que se parte em busca do outro acaba por descortinar um outro no próprio eu desse Descobridor – um duplo de si mesmo, pois ele acaba por olhar a si ao ver o outro, como num espelho. Ainda dentro deste espectro, atentemos especificamente à colonização portuguesa na África. Para Boaventura de Sousa Santos, o colonialismo ali praticado, “mais interessado em controlar o comércio marítimo do que em ocupar territórios” (ibid, 58), suscitou um regime de inter-identidades entre africanos e portugueses, em que estes “se hibridizaram com as culturas e as práticas com que tinham de conviver” (59).

Tal assertiva é exatamente o oposto do que o homem português, ainda embebido dos valores e práticas medievais (lembrando que as Grandes

Descobertas tiveram início no fim do século XV, o fim da Idade Média), ansiava por encontrar: Gerd Bornheim o nomeia a busca pela mesmidade do mesmo.

O peregrino perseguia aquilo que ele já sabia, a confirmação absolutória de um Absoluto desde sempre creditado, ele nunca se desprendia das fronteiras de uma verdade que se exauria em exigir a sua própria confirmação, ainda que, e mesmo principalmente, através de milagreiras penas sequiosas da rendição. Os tortuosos caminhos ratificavam a identidade do princípio e do fim: do mesmo se ia ao mesmo, e tudo isso mais nada tinha a ver com o mundo (ibid, 32).

A mesmidade do mesmo seria uma forma desse português medieval e cristão reafirmar sua identidade perante o novo, a surpresa – enfim, o outro. Ouso dizer que a escrita de António Lobo Antunes busca justamente combater a “mesmidade do mesmo” como a articulada por Bornheim em suas páginas. Falarei disso mais à frente. Primeiro, contabilizemos as perdas metaforicamente apontadas pelo escritor d’*As Naus*.

As várias vozes que se manifestam na construção diegética desenham a nostalgia lusitana e o espírito angustiado dos ex-colonos chegados a Portugal, dando um sentido inverso às promessas de poder vislumbradas pelas conquistas marítimas. Tal situação espelha um lamento permanente fazendo-se presente nas personagens envolvidas em um halo indicativo de perda material e psicológica (Manso, 93).

Algo realmente parece ter ficado pelo meio do caminho desbravado pelos portugueses. Aqui, a palavra *caminho* mostra o sentido dualista de seu significante em relação ao(s) significado(s) que dela se podem inferir. Afinal, refiro-me não apenas aos descaminhos de uma nação perdida, mas me ateno à sua possível causa: o então novo caminho físico, o mar, “desafiado” pela brilhante ousadia da navegação portuguesa. Caminho este que, uma vez trespassado, os modificou para sempre. Eduardo Lourenço *cutuca* sem piedade a chaga histórica de seu país na obra *O Labirinto da Saudade*:

Acontece, todavia, que mesmo na hora solar da nossa afirmação histórica, essa grandeza era, concretamente, uma ficção. Nós éramos grandes, dessa grandeza que os outros percebem de fora e por isso integra ou representa a mais vasta consciência da aventura humana, mas éramos grandes longe, fora de nós, no Oriente de sonho ou num Ocidente impensado ainda. A Europa via-nos mais (como dignos de ser vistos) que nos veria depois, mas via-nos menos do que se via a si mesma entretida nas celebrações sumptuosas ou fúnebres de querelas de família com que liquidava o

feudalismo e gerava o mundo moderno (capitalismo, protestantismo, ciência) (19-20).

Mas o que foi feito pelas gerações seguintes à de Vasco da Gama dessa promessa de um futuro portentoso que parecia ser mais do que provável, graças à centelha criativa que impulsionara a revolução tecnológica e sociopolítica chamada *Navegações*? Antero de Quental considera a primeira geração de portugueses daquela era brilhante, mas lamenta a abrupta interrupção do que ele chama, em outras palavras, de todo um gênio português:

As descobertas, que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV, não se fizeram ao acaso. Precedeu-as um trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia, inaugurado pelo nosso infante D. Henrique, nessa famosa escola de Sagres, de onde saíam homens como aquele heróico Bartolomeu Dias, e cuja influência, directa ou indirectamente, produziu um Magalhães e um Colombo. Foi uma onda que, levantada aqui, cresceu até ir rebentar nas praias do Novo Mundo. (...) Tudo isto nos prepara para desempenharmos, chegada a Renascença, um papel glorioso e preponderante. Desempenhámo-lo, com efeito, brilhante e ruidoso: os nossos erros, porém, não consentiram que fosse também duradouro e profícuo. Como foi que o movimento regenerador da Renascença (...) só foi entre nós representado por uma geração de homens superiores, a primeira. As seguintes, que o deviam consolidar, fanatizadas, entorpecidas, impotentes, não souberam compreender nem praticar aquele espírito tão alto e tão livre: desconhecaram-no, ou combateram-no (ibid).

As personagens de António Lobo Antunes representam exatamente essa sensação de desperdício: fanatizadas por sua sobrevivência e impotentes na realização plena do viver, elas *orbitam* em volta dos acontecimentos como astros cuja existência é indiferente ao “Sol-História”. São figuras cuja consciência dessa relação de dependência com este mesmo “sol” e interdependência com os outros “astros” sequer é articulada. É como se o espírito reles, mesquinho e pueril de certos arquétipos tivesse sido carimbado na alma da Nação após as Navegações:

O homem excluído do corpo da sua pátria seguia em direção a um mundo cada vez mais hostil e se ausentava de si próprio. Nele, presentificava-se um futuro inominado. Essa atmosfera se alargava compulsivamente, afetando as comunidades sob o predomínio português, com matizes fortes. No âmago de cada viajante, passavam a se esconder feridas e sentimentos indeléveis, os quais estendiam-se por gerações (Lima, 2001, 319).

Essa dependência ocorre de maneira impensada, instintiva, vulgar e tangencial: todas elas, personagens, passeiam pela narrativa antuniana como turistas de si mesmos, como se não estivessem realmente ali. Essa *ausência calculada* é diagnosticada por Eduardo Lourenço como uma relação *esquizofrênica* de uma nação que se recusa a ser e a se ver como pequena, mas que, ao mesmo tempo, jamais conseguiu convencer-se de sua grandeza. Lourenço confere bojo teórico a essa autoimagem portuguesa no livro *O Labirinto da Saudade*:

Esta conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade nunca foi despoletada como conviria ao longo da nossa vida histórica e, por isso, misteriosamente nos corrói como raiz que é da relação irrealista que mantemos conosco mesmos. (...) ambos cumprem uma única função: a de esconder de nós mesmos a nossa autêntica situação de ser histórico em estado de intrínseca fragilidade. Não fomos, nós somos uma pequena nação que desde a hora do nascimento se recusou a sê-lo sem jamais poder se convencer que se transformara em grande nação (19).

O panteísmo – crença que identifica o Universo com Seu Criador – postula que “Deus não é; Deus está”. De forma invertida, as “figuras históricas” de Lobo Antunes sequer “são” – elas apenas estão “ali”, neste enredo, nesta história que, infelizmente, também é “História” sem nunca chegar realmente a sê-lo, porque em Portugal coabitam a derrota nunca admitida e a grandeza jamais potencializada.

Em suma, essas *personas* de *As Naus* que, de forma verossímil ou não, fazem parte de “alguma” História, sobrevivem, fornicam, se alimentam, arrotam e soltam improperios. Todas elas estão alijadas de existencialidade – pelo menos em um sentido maior, épica e historicamente falando. Elas são, de certa forma, unidimensionais. Pior: não têm escopo, são desimportantes, inconscientes e alienadas. Apenas “estão”. Passam pela vida, não têm essência, prolongam sua existência como cascas de cuja *provisoriedade* sequer têm consciência.

O desespero humano, o trágico e o fantasmagórico fazem de homens e mulheres peças nômades. (...) Essas caracterizações suscitam um sentimento de ausência que nos orienta para um tom niilista, contribuindo para que o tempo na ficção ocorra numa amplitude imaginativa (Lima, 321).

As personagens d'*As Naus* manifestam-se mecanicamente. Funcionam na narrativa como marionetes históricas, mimetização claramente feita por Lobo Antunes para espelhar a própria condição de seu povo e de seu país frente a um espelho imaginário. Vive-se em Portugal uma dualidade sufocante: é-se um país de espírito subalterno que está amorficamente instalado no 1º Mundo.

De um lado, Portugal, a despeito da entrada no Mercado Europeu, vive ou *sente-se* renegado pela própria “família” Europa. Literalmente de costas voltadas para o pequeno país peninsular, o continente assume as vezes de um grande espelho disforme que refletiria a própria impotência da província isolada na festa de sua “família rica” como se se tratasse de um “primo pobre”. No outro extremo, o país sente-se sufocado pelo mar, cúmplice e testemunha de sua grandeza irrealizada. Sua imensidão azul espelha a fraturada alma lusitana, pois aquelas águas, que outrora simbolizavam o poder de toda uma Nação, hoje apenas *presentificam* uma triste nostalgia.

Nesse ínterim, devo ressaltar que a narrativa de António Lobo Antunes, ao tentar apontar a autoimagem de um país fraturado, é meramente alegórica, na medida em que sua obra não é o espelho (fidedigno, pelo menos no sentido formal da palavra) de seu país. Ela é, antes de tudo, o que não vem à tona, o que jaz sob a aparente superfície de normalidade de toda a existência, seja ela coletiva ou individual. No texto “Divagação em torno de Lobo Antunes”, Eduardo Lourenço identifica na ficção de Lobo Antunes algo

revelador daquilo que nós mesmos não queríamos ver, que nós mesmos não queremos ver, não apenas essa morte exterior, brutal, trágica que ele encontrou em África, mas outra realidade mais profunda, a nossa realidade de seres confrontados com qualquer coisa ainda mais profunda que a morte, que é a do sofrimento, a da injustiça que nós infligimos aos outros, a nossa própria miséria, os nossos terrores sepultos (...) Portanto, foi um exercício (e é, porque continua esse exercício) de descida a profundidades que não são apenas as do inferno superficial, mas de uma espécie de caoticidade que precisa de ser redimida continuamente por uma leitura mais lúcida, por uma coragem mais profunda, por uma capacidade de nomear as coisas lá onde elas são mais dificilmente nomeáveis (ibid, 351-352).

Com esse entrecocar de histórias, relatos e existências, Lobo Antunes tenta dar corpo a essa sensação de desperdício que é marca da singularidade da identidade portuguesa. Para Nora, o tratamento contemporâneo da História se faz

em um “estado de superinformação perpétua e de subinformação crônica (...). O acontecimento exibido não permite mais fazer a parte do exibicionismo factual” (1988, 187).

O romance do escritor português denota a perda do sentido de si do Ser Português. O *inner self* lusitano, ancorado na grandeza fictícia das Grandes Navegações, não parece capaz de se livrar de uma amarra cuja existência ele parece persistir em não reconhecer. *As Naus* também trata disso: a obra de Lobo Antunes conclama os portugueses a reconhecerem este aprisionamento do “self” nacional. O teórico de Estudos Culturais Stuart Hall trata a perda desse “sentido de si” como um fenômeno tipicamente contemporâneo:

É chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (ibid, 9).

É como se António Lobo Antunes lhes dissesse: olhem para si em vez de mirar o horizonte, o mar, sempre a lamentar-se do que poderia ter sido! Poderia, deveria... o condicional parece o tempo gramatical mais conjugado pelos portugueses: ao não olhar o agora, fixam-se em um passado não meramente nostálgico – porque esse olhar não quer exatamente celebrar suas vitórias, mas antes disso lamentar a incapacidade de perpetuação das mesmas.

Vive-se uma atmosfera de desesperança, onde o indivíduo parece ressequido até mesmo de sua alma. Personagens e ambientes intercomplementam-se em caracterizações eclipsantes e sombrias e, assim, são ficcionalizadas de maneira a revelar o homem diante de um mundo de misérias, de incertezas e ilusões (Lima, 319).

Por isso, as figuras d’*As Naus* aparecem como que diluídas de suas próprias existências. Todas elas são fantasmas, vozes que ecoam, que se sobrepõem umas às outras, produzindo um burburinho confuso e inaudível. São metáforas da própria relação de Portugal com a Europa – e, por conseguinte, com o resto do mundo. Uma relação marcada por uma espécie de subserviência periférica, jamais admitida, claro, mas sempre ressentida. Toda ela, subserviência

(devo usar aspas?), calcada num isolamento em relação ao(s) outro(s) – lembremo-nos do slogan salazarista “orgulhosamente sós”. Segundo Helenice Maria Reis Rocha,

Não somos nem colonizadores e nem colonizados (...). *As Naus* não apresenta uma saída moralizadora que se expresse pela ontologia de uma síntese dialética ou pelo retorno aos padrões conservadores. Joga no caos estas polaridades tiroteando para todos os lados sem apontar saída para nada, nem para ninguém. Ocupa este lugar de indecidibilidade que não apresenta saídas ou soluções. Não julga moralmente os atores do percurso, apenas ridiculariza. E nesta queda, que vai do sublime ao grotesco, caem reis, caem colônias, caem ditadores, caem sonhos (ibid, 395).

Seria sensato inferirmos que Lobo Antunes não oferece saídas para o problema português, mas está longe de lamentá-los à Pessoa; muito pelo contrário, prefere escanecer deles, distorcendo-os diante de um espelho onde se refletem todos (entendido aqui como o eu-leitor e o eles, tanto personagens quanto autor). De acordo com Eduardo Lourenço<sup>27</sup>, a imagem dos portugueses no espelho do mundo e, principalmente, em seu próprio espelho, mudou após quinhentos anos de existência enquanto Império – mesmo que este tenha sido ficcional, mesmo que apenas no confronto dele enquanto auto-imagem projetada pelo povo português e o que realmente era:

Pelo *império* devimos *outros*, mas de tão singular maneira que na hora em que fomos amputados à força (mas nós vivemos a amputação como “voluntária”) dessa *componente imperial da nossa imagem*, tudo pareceu passar-se como se jamais tivéssemos tido essa famigerada existência “imperial” e em nada nos afectasse o regresso aos estreitos e morenos muros da “pequena casa lusitana” (...) glosámos a espantosa mistura de inconsciência e bravata com que *possuímos* sem de todo possuir, e *perdemos* sem de todo o perder, pois não o tínhamos (38-39).

O discurso de António Lobo Antunes, tipicamente pós-colonial, parece resultado de análise como as de Hans Magnus Enzensberger. Enzensberger tenta adivinhar os tipos de sentimentos que acometem esse país peninsular no texto “Cismas Portuguesas”. O autor relata um revelador diálogo travado por ele com um estudante de matemática chamado Lourenço Vaz. O estudante de 22 anos afirma:

---

<sup>27</sup> Ver *O Labirinto da Saudade*.

Portugal é o único país do mundo em que pessoas adultas têm prazer em se lamentar pela própria nulidade. Já sei o que você vai dizer! Todos os povos têm seu kitsch e o respeitam. Mas ninguém acredita tão fervorosamente no absurdo como nós. O kitsch é nossa religião. E por quê, se me permite perguntar? Porque ninguém necessita tanto dele como nós. O fado é a auréola de nossa ignorância, o hino de louvor à nossa miséria. Só nós nos orgulhamos de estar na merda! (Enzensberger, s/d, 156).

Essa espécie de transformação proposta por António Lobo Antunes parece direcionar-se não apenas em relação ao sujeito, mas ao próprio objeto: aceitar sua “morte” é aceitar a inevitabilidade de sua compreensão – e fruição – estética e conceitual. De acordo com Jacques Rancière, o paradigma estético da arte

Funda, a uma só vez, a autonomia da arte e a identidade de suas formas com as formas pelas quais a vida se forma a si mesmo. (...) O estado estético é pura suspensão, momento em que a forma é experimentada por si mesma. O momento de formação de uma humanidade específica (34).

Não há luz no fim do túnel, há só essa caverna escura que se nos forma a todos. Isso vai ao encontro de um conceito freudiano trabalhado por Laplanche e Pontalis na obra *Vocabulário da Psicanálise*. No livro, os autores dissertam acerca da racionalização de Freud sobre a noção de trabalho do luto. Para eles, a existência desse trabalho intrapsíquico se deve à

falta de interesse pelo mundo exterior que se instala com a perda do objecto: toda a energia do indivíduo parece mobilizada pela sua dor e pelas suas recordações, até que “... o ego, obrigado, por assim dizer, a decidir se quer partilhar este destino (do objecto perdido), considerando o conjunto das satisfações narcísicas que existem em continuar vivo, se resolve a quebrar o seu laço com o objecto aniquilado (LaPlanche & Pontalis, 1983, 666).

A melancolia seria, então, a metáfora própria da experiência portuguesa, um país que personifica o não-vivido na medida em que se observa o que Portugal poderia ter sido e não o foi. O apogeu fantasioso das Navegações é o pontapé inicial de uma História que culmina na promessa não cumprida da Revolução de Abril – não por acaso, partes desta “realidade” contemporânea estão incrustadas na geografia antuniana dos séculos XV e XVI. Nas palavras de Antero de Quental,

“uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XVI, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima” (ibid).

A crise portuguesa não seria exatamente a de identidade, depreende-se, mas uma crise mais aguda e acutiladora: a de seu próprio viver. A questão é que tal crise se manifesta justamente pela visão lusitana de sua própria identidade: esta não é a consequência do problema português, mas sua causa. Novamente cedo a palavra a Lourenço, desta vez extraída do livro *Nós e a Europa ou as duas razões*:

Nada disto traduz ou significa autêntica crise de identidade, pois não está em causa qualquer dúvida séria acerca da nossa existência ou valia enquanto portugueses, mas constitui para cada um de nós – ou para muitos de nós – uma espécie de álibi inconsciente, de informação inscrita na nossa memória, própria para nos desmobilizar e fazer perder de vista a urgência vital dos povos que se pensam, de preferência, em termos de futuro (12).

Porém, como pontua Flávio Lourenço Peixôto Lima em “*As naus*: uma ficção de passado, presente e futuro”, este período histórico é a mola propulsora da formação da identidade portuguesa contemporânea: “o caráter social da contemporaneidade lusa vem mostrar-se comprometido com a referencialidade da dinâmica desse passado, o qual passa a servir de germe para um presente histórico reflexivo” (ibid, 319). Daniel Henri Pageaux lança ainda mais luz sobre este objeto em “Uma escrita pós-moderna dos Descobrimentos: o romance *As Naus* de António Lobo Antunes”:

*As Naus* representa, duma maneira quase emblemática, a escrita pós-25 de Abril, o exemplo paradigmático do romance novo. (...) Com efeito, *As Naus* baseia-se na exploração do império colonial e da sua liquidação, na imagem obsessiva de Angola no imaginário português, na visão satírica de Lisboa (ou melhor, Lixboa, o x que também está na palavra lixo) metamorfoseada em metrópole cosmopolita, com as inevitáveis consequências económicas e sociais. *As Naus* explora uma temática crítica que restitui uma sociedade em plena transformação, um país que sai duma secular letargia para entrar na modernidade ou fazer irrupção, talvez, na pós-modernidade sem transição (ibid, 40).

Lobo Antunes, afinal, está diretamente ligado à história portuguesa dos últimos 30 anos: serviu na Guerra de Angola e participou do Partido Comunista

português após o processo de redemocratização da nação lusitana<sup>28</sup>. Após quase meio século de Estado Novo, havia a promessa de que Portugal finalmente despontaria para uma era democrática. Mas o país peninsular não conseguiu confirmar os prognósticos mais otimistas acerca das melhorias nos índices de desenvolvimento social, econômico e político. Apropriar-me-ei das palavras de Eduardo Lourenço, que define a noção de Império Português como

apenas uma excrescência da realidade portuguesa, mas que os Portugueses pensavam que era o centro da realidade portuguesa. Pelo menos centro simbólico, porque, quando esse Império realmente desaparece, Portugal, durante algum momento, pensou que não só tinha voltado metaforicamente ao século XV, donde tinham partido as caravelas que pouco a pouco traçaram os contornos desse Império, mas que nós estávamos perdidos no tempo sem saber exactamente quem éramos e, talvez mesmo, quem tínhamos sido. (2004, 349).

As personagens de António Lobo Antunes não são apenas figuras alijadas de seu tempo ou excrescências da realidade – mas estrangeiros de si mesmos, de sua gente, deslocados; dir-se-ia mesmo que esvaziados de representatividade formal (seja ela de identidade, honra, grandeza ou quaisquer valores, também eles, esmagados sob a mão pesada e inclementemente pós-moderna de Lobo Antunes).

Os viajantes do texto de Lobo Antunes, extraviados em seu próprio país, volteiam de um lado a outro e não chegam aonde desejam; como protagonistas de um mundo em constante movimento e desenvolvimento são participantes *de uma outra cena*. Pela incongruência e ironia que permeiam a narrativa dá-se a deformação, a desmistificação, a desmitificação e a essas personagens degradadas será negado o direito de ocupar o lugar de seres humanos (Manso, 94).

Essas figuras d'*As Naus* sobrevivem em sua história de maneira irrefletida. Tomemos por exemplo o Padre António Vieira: o religioso, cuja oratória é exaltada séculos após sua morte, neste romance era “expulso de todos os cabarés de Lixboa, procedia a uma entrada imponente discursando os seus sermões de

---

<sup>28</sup> Em “Divagação em torno de Lobo Antunes”, Eduardo Lourenço diz como a experiência pessoal do escritor na Guerra de Angola é significativa em sua escrita: “esbarrámos com a África, que devia ser nossa, que imaginávamos como nossa, que de algum modo era nossa, e que perdemos duas vezes: perdemo-la na realidade e perdemo-la na ficção que nós fazíamos dessa África. Por isso, foi muito interessante descobrir que o ponto de apoio dele, pessoal, da sua experiência de África, lhe serviu para, nesse espelho ampliado, refazer no fundo toda a mitologia da História Portuguesa” (ibid, 353).

ébrio, até tombar num sofá, entre duas negras, a guinchar as sentenças do ébrio”. (ibid, 124). Aproveito-me de uma citação de Daniel Henri Pageaux em relação às personagens de *As Naus*:

Os homens gloriosos do passado reencontram-se em situações íntimas, em nada públicas ou históricas: são vistos a urinar, ou a fazer amor, ou a embebedar-se. Duma maneira geral, as suas vidas de “retornados” são apenas um longo sucedâneo de derrotas. O que significa que a escrita da História surge, neste texto, duma imensa e obstinada involução ou desinvolução do tempo, e não duma evolução. Através das ruínas individuais, é, por consequência, um naufrágio colectivo que se escreve (ibid, 39).